

# DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL, ESCALA E PRÁTICAS ESPACIAIS

**ROBERTO LOBATO CORRÊA**

Departamento de Geografia  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Pesquisador do CNPq  
lobatocorrea@uol.com.br

## **RESUMO**

O presente texto discute a temática da diferenciação sócio-espacial em algumas de suas relações com a escala conceitual e as práticas espaciais. Resultado inevitável da ação humana, a diferenciação sócio-espacial pode ser concebida segundo duas escalas conceituais, a da rede urbana e a escala intra-urbana, nas quais processos e práticas espaciais produzem padrões distintos de diferenciação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diferenciação sócio-espacial. Escala. Prática espacial. Rede urbana. Espaço intra-urbano.

## **SOCIO-SPATIAL DIFFERENTIATION, SCALE AND SPATIAL PRACTICES**

### **ABSTRACT:**

This paper discusses the issue of socio-spatial differentiation and its relationship with conceptual scales and spatial practices. Two scales are defined: the urban network and intra-urban space. Each of them gives rise to different patterns of socio-spatial differentiation, which are, in their turn, the result of distinctive spatial practices.

**KEY-WORDS:** Socio-spatial differentiation. Scale. Spatial practices. Urban network. Intra-urban space.

O presente texto procura discutir algumas relações entre diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. Os três temas são de fundamental importância para a Geografia. Por se situar no âmbito da Geografia, a diferenciação sócio-espacial tem sido considerada de diversos modos, como na perspectiva sistemática da Geografia e na perspectiva regional, respectivamente referenciadas às variações espaciais de

fenômenos sociais e diferenciação de áreas. É, por outro lado, considerada de acordo com as diversas correntes da Geografia, isto é, por exemplo, na corrente lablachiana, saueriana, do determinismo ambiental, da análise espacial e da análise crítica<sup>1</sup>. Os procedimentos operacionais são numerosos, assim como os recortes espaciais e temporais. Afirma-se, em realidade, que a diferenciação sócio-espacial se constitui em foco inicial pelo qual o homem procurou conhecer e avaliar a sua existência e a do outro, incluindo os territórios seus e de outros grupos sociais. Sem diferenciação sócio-espacial não haveria Geografia nem as demais ciências sociais, tais como hoje nós as definimos. Em realidade, a diferenciação sócio-espacial é necessária e inevitável, parte integrante da ação humana<sup>2</sup>.

As possibilidades de se analisar a diferenciação sócio-espacial são múltiplas e complementares entre si. É possível considerá-la em suas temporalidades, em sua dimensão conflitiva, em suas relações com políticas públicas e por intermédio de suas representações sociais. As leituras econômicas a respeito da diferenciação sócio-espacial são inúmeras. Neste texto, iremos considerá-la em termos de suas relações com a escala<sup>3</sup> e em conexão com as práticas espaciais<sup>4</sup>. Em ambos os casos, o urbano constitui-se no foco em que a discussão se dará.

A diferenciação sócio-espacial é objeto de intenso debate nas esferas acadêmicas e do planejamento em sua perspectiva espacial. Na Academia, o debate está centrado, de um lado, no caráter necessário e inevitável dessas diferenças e, de outro, na possibilidade de minimizar essas diferenças. Na esfera do planejamento, que agrega aqueles acadêmicos adeptos da possibilidade de minimização das diferenças sócio-espaciais, a tese principal é a de que essas diferenças resultam de uma lógica assentada em princípios neoclássicos especializados, sendo, portanto,

---

<sup>1</sup> Consulte-se a propósito BESSA, Kelly Cristine. A Diferenciação Espacial e as Interpretações da Geografia Teorético-Quantitativa e da Geografia Crítica. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 16, n. 31, p. 101-124, dez, 2004.

<sup>2</sup> Sobre o assunto, e em relação ao capitalismo, consultem-se BROWETT, John. On the Necessity and Inevitability of Uneven Spatial Development under Capitalism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 8, n. 2, 1984 e WALKER, Richard. Two Sources of Uneven Development under Advanced Capitalism: Spatial Differentiation and Capital, Mobility. *The Review of Radical Political Economics*, v. 10, n. 3, 1978.

<sup>3</sup> Sobre escala, veja-se CASTRO, Iná Elias de. O Problema da Escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 117-140; CORRÊA, Roberto Lobato. Uma Nota sobre o Urbano e a Escala. *Território*, Rio de Janeiro, v. 11/12/13, p. 133-136, set/out, 2003, e MARSTON, Sallie A. The Social Construction of Scale. *Progress in Human Geography*, Thousand Oaks, v. 24, n. 2, p. 219-242, jun, 2000.

<sup>4</sup> Práticas espaciais são entendidas a partir de CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 115-122, jul/set, 1992.

justificadas, devendo ser reiteradas. Para isso, inúmeras proposições teóricas foram formuladas ou resgatadas do século XIX e, de certo modo aplicadas, sem que os resultados esperados fossem obtidos.

Insistimos que as diferenças sócio-espaciais são inevitáveis e necessárias ao capitalismo<sup>5</sup>. No passado, até aproximadamente o final da primeira metade do século XIX, as diferenças em questão resultavam da força de organizações sócio-culturais fortemente enraizadas territorialmente e do pequeno desenvolvimento de forças produtivas que o capitalismo iria criar e difundir a partir da segunda metade do século XIX. A partir de então, e de modo contínuo, o capital industrial e financeiro iria simultaneamente refragmentar e articular a superfície terrestre, estabelecendo instáveis diferenças sócio-espaciais, passíveis de apreensão em diversas escalas, entre elas a da rede urbana e a do espaço intra-urbano. Essas diferenças sócio-espaciais constituem simultaneamente reflexo, meio e condição para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista. É, assim, funcional ao capitalismo, cuja ação apresenta uma dimensão escalar, resultado de complexas práticas espaciais.

## DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E ESCALA

A escala é uma construção social com três acepções correntes: a de dimensão, a exemplo de economias internas ou externas de escala; a cartográfica, que se traduz na relação entre objeto e sua representação em cartas e mapas; e a conceitual, associada à idéia de que objetos e ações são conceitualizados em uma dada escala na qual processos e configurações se tornam específicos<sup>6</sup> e têm a sua própria escala de representação cartográfica. No presente texto, consideraremos apenas como foco de interesse a escala conceitual.

O urbano pode ser concebido com base em duas escalas conceituais claramente delimitadas e, simultaneamente, cartográficas, a saber, a escala da rede urbana e a escala do espaço intra-urbano<sup>7</sup>. As duas escalas descrevem diferenciações sócio-espaciais que, no entanto, são complementares entre si. Objetos e ações que ocorrem em uma das escalas estão relacionados a objetos e ações que ocorrem na outra. Assim, decisões tomadas no núcleo central, negócios da grande cidade, na escala do espaço intra-urbano, portanto, podem afetar a vida econômica, social e política de pequenas cidades e de zonas de produção agro-pastoril.

---

<sup>5</sup> Veja-se Browett (1984) e Walker (1978).

<sup>6</sup> Consulte-se Castro (1995).

<sup>7</sup> Reporte-se a Corrêa (1992)

Inversamente, uma crise no mundo agrário, provocada, por exemplo, por variações internacionais no preço de produtos agrícolas, ou decorrentes do processo de modernização e industrialização do campo, podem afetar a organização do espaço intra-urbano, gerando, por exemplo, a expansão de favelas cujos habitantes são, em grande parte, provenientes de áreas agro-pastoris em transformação.

A diferenciação sócio-espacial manifesta-se de modo distinto em cada uma das duas escalas. Na escala da rede urbana, manifesta-se por intermédio da diferenciação funcional dos centros urbanos, assim como em termos de tamanho de cidades. No que tange à diferenciação funcional, esta se manifesta tanto em termos de hierarquia urbana, de acordo com uma versão da teoria das localidades centrais destituída de seus pressupostos neoclássicos, como da noção de planície isotrópica, e em termos de singularidades resultantes de especializações funcionais. Lugares centrais hierarquizados e centros especializados, ou uma combinação de ambos, descrevem a diferenciação sócio-espacial na escala da rede urbana. Essa diferenciação associa-se, em parte, às características diferenciadas do mundo agro-pastoril no que tange à estrutura agrária, ao habitat rural e ao processo produtivo aí incluindo-se a pauta dos produtos<sup>8</sup>.

Mecanismos econômico-espaciais como alcance espacial máximo, alcance espacial mínimo, economias de aglomeração, externalidades diversas, percepção de oportunidades espacialmente distintas em razão de distância, vias de circulação, fertilidade do solo, microclima, tradições produtivas, entre outros, respondem pela construção de diferenças sócio-espaciais e sua instabilidade, que leva a novas configurações das diferenças sócio-espaciais<sup>9</sup>.

No que tange à rede urbana, a diferenciação sócio-espacial leva à identificação de temas próprios a essa escala:

i – A gênese e dinâmica das cidades é um deles, incluindo-se as condições externas e internas da criação e o papel de agentes sociais locais e externos.

---

<sup>8</sup> Consulte-se CORRÊA, Roberto Lobato. O Estudo da Rede Urbana: Uma Proposição Metodológica. In: \_\_\_\_\_. *Estudos sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 [1988]. P. 15-57 e CORRÊA, Roberto Lobato. Interações Espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. P. 279-318.

<sup>9</sup> Vejam-se, entre outros, HOOVER, Edgar M. *Location and Economic Activity*. New York: McGraw-Hill, 1948 e ISARD, Walter. *Location and Space-Economy*. Cambridge: The MIT Press, 1956. Sobre os mecanismos de alcance espacial consulte-se CHRISTALLER, Walter. *Central Places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall Inc., 1966 [1933].

ii – O processo de transformação funcional ou, ao contrário, a cristalização funcional, e seus agentes é outro tema: com ele a centralidade e as especializações são postas à luz.

iii – O tamanho demográfico e a sua constituição, envolvendo relações com o mundo agrário, é outro elemento de diferenciação sócio-espacial na rede urbana.

iv – As interações espaciais, curtas e/ou a longa distância, com distintos direcionamento, freqüência e natureza dos bens e serviços, constituem outro elemento que se reporta à inserção de cada cidade na divisão territorial do trabalho. Ou em outra leitura, reporta-se à qualificação de cada centro da rede urbana ou de toda a rede, como parte integrante de múltiplos e complexos ciclos de reprodução do capital (CORRÊA, 1997). Nesse sentido, um estudo sobre a classificação funcional de cidades constitui-se em contribuição para descrever a diferenciação sócio-espacial na escala de rede urbana.

v – A forma espacial da rede urbana, por fim, sintetiza a espaço-temporalidade da rede urbana. As redes urbanas solar, dendrítica, christalleriana, axial, circular e em múltiplos circuitos, descrevem arranjos espaciais que definem a diferenciação sócio-espacial. A forma da rede urbana retrata os padrões locacionais dos centros urbanos, as vias de tráfego que os conectam entre si e com centros externos, assim como revela relações com a natureza e o quadro agrário com o qual mantém contactos (CORRÊA, 1997).

Gênese e dinâmica, funções, tamanho, interações espaciais e forma espacial são os temas a serem considerados na compreensão das diferenciações sócio-espaciais no que diz respeito à rede urbana, à escala conceitual que se traduz cartograficamente em mapas temáticos em escalas cartográficas pequenas, 1:2.500.000 ou 1:5.000.000 quando se pensa na rede urbana brasileira.

Na escala do espaço intra-urbano, a diferenciação sócio-espacial traduz-se, de um lado, na divisão econômica do espaço e, de outro, na divisão social do espaço. Processos, funções e formas-conteúdo distintos produzem essa primeira macrodiferenciação do espaço intra-urbano. Contudo, ambas estão fortemente articuladas entre si, tendendo a apresentar interdependência entre si.

A divisão econômica do espaço caracteriza-se por padrões de uso do solo definidores do núcleo central de negócios, de setores da zona periférica do centro, de centros resultantes do desdobramento do núcleo central de negócios, de áreas e eixos comerciais espontâneos ou planejados, hierarquizados ou especializados, de áreas industriais distintas

de acordo com a localização, idade, dimensão e conteúdo produtivo, e a franja rural-urbana, entre outros usos. Mecanismos vinculados à competição por localizações rentáveis, e às economias de aglomeração, entre outros, são responsáveis pela diferenciação sócio-espacial de natureza econômica do espaço intra-urbano<sup>10</sup>.

A divisão social do espaço intra-urbano traduz-se por um complexo e instável mosaico de áreas sociais, identificadas a partir da combinação de atributos indicadores de *status* sócio-econômico, infra-estrutura, características familiares, migrações e, onde for o caso, etnia, língua e religião<sup>11</sup>. O arranjo espacial das áreas sociais é complexo e influenciado por características como tamanho da cidade, características econômicas, taxa de crescimento, sítio, plano urbano e políticas públicas. O arranjo espacial, por outro lado, deriva de lógicas locacionais, puras ou combinadas, associadas à apropriação de áreas cujo valor deriva da distância ao centro, às amenidades, aos subcentros comerciais, aos eixos de tráfego ou deriva da localização em função de setores de amenidades. Os padrões de áreas sociais, descrito por Kohl-Sjoberg, Burgess, Hoyt, Yujnovsky e Mertins e Bähr, apontam a complexidade do arranjo espacial das áreas sociais<sup>12</sup>. Cidadelas, guetos e enclaves, por outro lado, descrevem formas mais recentes de áreas sociais<sup>13</sup>.

A interdependência entre as áreas definidas de acordo com a divisão econômica do espaço intra-urbano, de um lado, e com a divisão social do espaço, de outro, é evidente quando se considera o circuito do capital na cidade, ou seja, a circulação entre sedes de empresas, bancos, fábricas e lojas, fixos no espaço econômico, e as áreas sociais, onde se realiza o consumo. Áreas de produção e de reprodução estão fortemente articuladas. A interdependência verifica-se também por intermédio da jornada para o trabalho, articulando locais de moradia e locais de trabalho. Em outras

---

<sup>10</sup> A bibliografia a respeito dos mecanismos e formas espaciais é ampla, inserindo-se em diversas perspectivas teóricas, entre elas a da Escola de Ecologia Humana ou Escola de Chicago, da economia espacial de base neoclássica e da economia política marxista.

<sup>11</sup> Veja-se a respeito do conceito de áreas sociais CORRÊA, Roberto Lobato. *Áreas Sociais – Uma Avaliação e Perspectivas*. Rio de Janeiro. 41 p. Trabalho não publicado, que apresenta a construção do conceito, o debate em torno e os procedimentos operacionais.

<sup>12</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. *Áreas Sociais – Uma Avaliação e Perspectivas*. Rio de Janeiro. 41 p. Trabalho não publicado, e como referência muito geral, CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

<sup>13</sup> Veja-se MARCUSE, Peter. The Enclave, the Citadel and the Ghetto. What Has Changed in the Post-Fordist U.S. City. *Urban Affairs Review*, v. 33, n. 2, p. 228-264, nov, 1997.

palavras, diferenciação sócio-espacial implica em articulação, restabelecendo a unidade aparentemente dissolvida<sup>14</sup>.

A escala do espaço intra-urbano sugere um conjunto de temas que é próprio dessa escala, a saber, entre outros:

i – A localização das atividades econômicas no espaço intra-urbano e a interpretação dos padrões resultantes.

ii – O processo de constituição da divisão econômica do espaço, incluindo a ação de agentes sociais e suas lógicas.

iii – A identificação das áreas sociais e sua variação no tempo.

iv – O processo de constituição das áreas sociais, envolvendo os agentes sociais e os conflitos que emergiram.

v – As interações espaciais vinculadas à circulação do capital, à jornada para o trabalho, à visita a parentes e amigos, ao lazer, ao templo.

vi – O processo de criação da instável franja rural-urbana e sua urbanização.

vii – A criação de infra-estrutura, geral ou específica, e os embates em torno de sua localização.

viii – As representações sociais a respeito das diferenças sócio-espaciais e interpretação dessas representações.

ix – Uma área da cidade, bairro ou rua, envolvendo o sentido para os seus moradores.

Entre as escalas da rede urbana, expressa cartograficamente em escalas pequenas, e a escala do espaço intra-urbano, expressa por meio de grandes escalas, a diferenciação sócio-espacial pode ser verificada em uma escala cartográfica intermediária que diz respeito à urbanização e a seu espraiamento, produzindo extensas e complexas formas, como a cidade-dispersa (Grenboro, High Point e Winston-Salem e outros núcleos, no piedmont dos Apalaches na Carolina do Norte, Estados Unidos) e as inúmeras megalópoles, entendidas como o resultado do processo de coalescência de áreas metropolitanas (Boston, New York, Philadelphia, Baltimore, Washington). Espaços intra-urbanos ou segmentos da rede urbana? Em ambos os casos a diferenciação sócio-espacial pode ser analisada considerando-se, nos exemplos acima, a rede urbana norte-americana ou no interior de espaços urbanos policêntricos.

---

<sup>14</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano: Notas Teórico- Metodológicas. In: \_\_\_\_\_ *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 [1979]. P. 145-152, onde é discutida a natureza fragmentada e articulada do espaço urbano.

Um último ponto deve ser ainda considerado. Se cada escala conceitual e cartográfica indica objetos e ações próprios a essa escala, ao mesmo tempo que sugere os temas a serem analisados, as duas escalas levam também a distintas bases teóricas. Cada escala tem a sua própria inteligibilidade, ao mesmo tempo que não é possível transferir a inteligibilidade de uma escala conceitual para outra. Assim, o que explica o arranjo espacial dos centros de uma rede urbana, ou seja, um aspecto da diferenciação sócio-espacial nessa escala, não explica, ou o faz de modo precário, em relação ao arranjo dos centros comerciais do espaço intra-urbano. O mesmo se poderá dizer em relação à localização industrial no âmbito da rede urbana e no interior de um centro metropolitano.

Em resumo, as relações entre diferenciação sócio-espacial e escala são complexas e devem merecer da parte dos geógrafos enorme atenção e empenho.

## **DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E PRÁTICAS ESPACIAIS**

As diferenças sócio-espaciais, tanto na escala da rede urbana como na escala do espaço intra-urbano, resultam da acumulação de inúmeras formas e interações espaciais desenvolvidas em um período de tempo de certa duração. Esse acúmulo, por sua vez, é o resultado de processos e práticas espaciais. Os processos espaciais constituem um conjunto de forças atuando ao longo do tempo, viabilizando localizações, realocações e permanências de atividades e população sobre o espaço da cidade. Postos em ação pelos diversos agentes sociais da produção do espaço, os processos espaciais constituem um movimento de massa, envolvendo uma seqüência sistemática e regular de ações em um período de tempo relativamente longo. Repetitividade e duração longa são traços definidores dos processos espaciais, distinguindo-os das práticas espaciais. Centralização, descentralização e segregação residencial são exemplos de processos espaciais<sup>15</sup>.

As práticas espaciais constituem ações espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais concretos, visando a objetivar seus projetos específicos. Constituem ações individuais, não necessariamente sistemáticas e regulares, caracterizadas por uma escala temporal limitada. A natureza pontual no espaço e no tempo estabelece a distinção entre prática espacial e processo espacial. Por intermédio dessa noção, é

---

<sup>15</sup> Sobre o conceito de processos espaciais veja-se CORRÊA, Roberto Lobato. *Processos Espaciais e a Cidade*. In: \_\_\_\_\_. *Trajelórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. P. 121-143.

possível estudos de casos, envolvendo a ação de um agente individual sobre uma pequena área. A singularidade da prática espacial transforma-se, pela ação sistemática, regular e de maior escala temporal, envolvendo uma ampla porção do espaço, em processo espacial. As práticas espaciais, no entanto, e à semelhança dos processos espaciais, são meios pelos quais a diferenciação sócio-espacial pode ser alterada, mantida ou ainda, de modo específico às práticas espaciais, podem estar sendo anunciadas alterações<sup>16</sup>.

Entendemos não existir uma proposição teórica explícita e clara sobre as práticas espaciais. No entanto, há vários estudos que apresentam e discutem ações por parte de agentes sociais que permitem avançar teoricamente. É nessa direção que este texto procura contribuir, articulando práticas espaciais e diferenciação sócio-espacial.

As práticas espaciais, identificadas parcialmente, são as seguintes, não sendo mutuamente excludentes:

i – Seletividade espacial – Esta é a prática espacial mais geral, comum a todos os tipos de sociedade, desempenhando papel crucial na diferenciação sócio-espacial. Trata-se de prática efetivada tanto em decisões locacionais na escala da rede urbana como na escala do espaço intra-urbano. A seletividade espacial advém da negociação entre objetivos, possibilidades do agente social específico e dos interesses e possibilidades de outros agentes sociais. Repetida sistemática e regularmente na mesma área, transforma-se em processo de concentração espacial. Fertilidade do solo, sítio urbano, acessibilidade, economias de aglomeração, status social elevado, vantagens fiscais são características que influenciam na seletividade espacial.

ii – Fragmentação-Remembramento espacial – Esta prática é efetivada visando, de um lado, criar unidades territoriais menores, passíveis de permitir operações mais rentáveis e, de outro, unidades municipais menores, controladas politicamente por grupos locais. A fragmentação da terra urbana, particularmente na franja rural-urbana, criando um número maior de lotes, é uma prática espacial corrente; efetivada em certos setores da periferia, leva à diferenciação sócio-espacial. A concentração da

---

<sup>16</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 115-122, jul/set, 1992 e \_\_\_\_\_. Espaço, Um Conceito-Chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 15-48.

propriedade fundiária rural ou urbana viabiliza a criação de unidades produtivas de maior dimensão.

iii – Antecipação espacial – Esta prática é definida pela localização de uma atividade em local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas. Trata-se da antecipação à criação de oferta significativa de matéria-prima ou de mercado consumidor de dimensão igual ou superior ao limiar considerado satisfatório para uma implantação rentável. É nas zonas de fronteira de povoamento, na franja rural-urbana ou em eixos de amenidades, onde a urbanização é anunciada, que essa prática é adotada. Grandes corporações, com múltiplas localizações, proprietários fundiários urbanos, hotéis integrantes de amplas redes estão entre os agentes sociais que realizam essa prática, que se associa em muitos casos, com a transformação anterior da terra em reserva de valor, inscrita numa futura diferenciação sócio-espacial.

A existência de periferias que crescem desordenadamente, de forma estilhaçada, é o resultado combinado de duas práticas espaciais, a fragmentação e a antecipação espacial.

Acreditamos ser possível colocar em evidência outras práticas espaciais, como já proposto por nós mesmos<sup>17</sup>. As que foram aqui reapresentadas são suficientes para se estabelecer um debate enriquecedor em relação a um conceito ainda marcado por um caráter vago.

## PARA CONCLUIR

O presente texto constitui-se em uma tentativa de sistematizar e, sobretudo, conectar alguns conceitos, visando a contribuir para o aprofundamento desse tema de forte centralidade na Geografia, a diferenciação sócio-espacial. Outros encaminhamentos, distintos dos que foram aqui apresentados, enriquecerão o conhecimento a respeito desse denso e complexo tema em permanente (re)construção, a diferenciação sócio-espacial.

## REFERÊNCIAS

BESSA, Kelly Cristine. A Diferenciação Espacial e as Interpretações da Geografia Teorético-Quantitativa e da Geografia Crítica. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 16, n. 31, p. 101-124, dez, 2004.

---

<sup>17</sup> Ver CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, Um Conceito-Chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 15-48.

BROWETT, John. On the Necessity and Inevitability of Uneven Spatial Development under Capitalism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 8, n. 2, 1984.

CASTRO, Iná Elias de. O Problema da Escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 117-140.

CHRISTALLER, Walter. *Central Places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall Inc., 1966 [1933].

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 115-122, jul/set, 1992.

\_\_\_\_\_. Espaço, Um Conceito-Chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 15-48.

\_\_\_\_\_. Interações Espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. P. 279-318.

\_\_\_\_\_. O Espaço Urbano: Notas Teórico-Methodológicas. In: \_\_\_\_\_ *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 [1979]. P. 145-152.

\_\_\_\_\_. Processos Espaciais e a Cidade. In: \_\_\_\_\_. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. P. 121-143.

\_\_\_\_\_. Uma Nota sobre o Urbano e a Escala. *Território*, Rio de Janeiro, v. 11/12/13, p. 133-136, set/out, 2003.

\_\_\_\_\_. O Estudo da Rede Urbana: Uma Proposição Metodológica. In: \_\_\_\_\_. *Estudos sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 [1988]. P. 15-57.

\_\_\_\_\_. *Áreas Sociais – Uma Avaliação e Perspectivas*. Rio de Janeiro. 41 p. Trabalho não publicado.

HOOVER, Edgar M. *Location and Economic Activity*. New York: McGraw-Hill, 1948.

ISARD, Walter. *Location and Space-Economy*. Cambridge: The MIT Press, 1956.

MARCUSE, Peter. The Enclave, the Citadel and the Ghetto. What Has Changed in the Post-Fordist U.S. City. *Urban Affairs Review*, v. 33, n. 2, p. 228-264, nov, 1997.

MARSTON, Sallie A. The Social Construction of Scale. *Progress in Human Geography*, Thousand Oaks, v. 24, n. 2, p. 219-242, jun, 2000.

WALKER, Richard. Two Sources of Uneven Development under Advanced Capitalism: Spatial Differentiation and Capital, Mobility. *The Review of Radical Political Economics*, v. 10, n. 3, 1978.

*Recebido em 08/06/2007*

*Aceito em 07/09/2007*